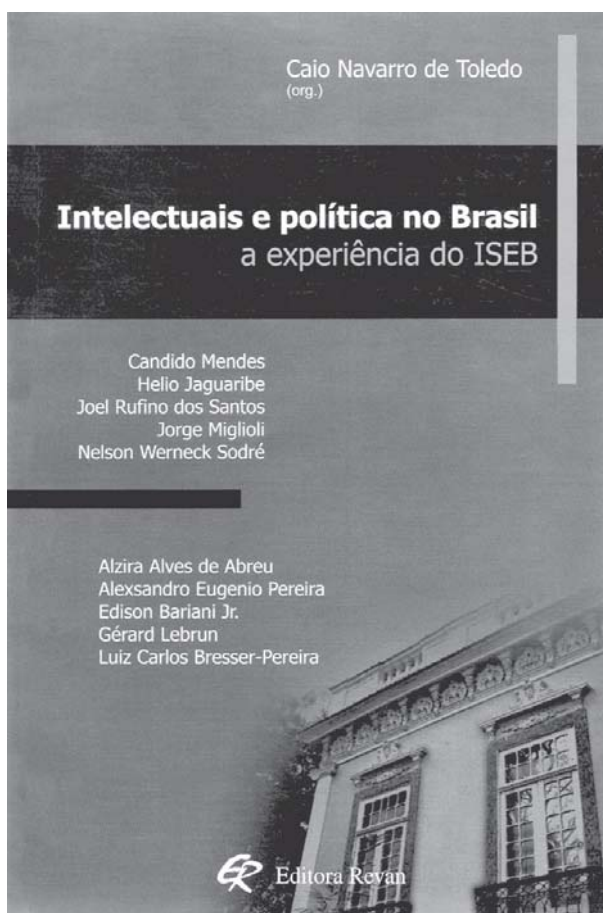


ISEB: origem, trajetória e projetos nas vozes de protagonistas e estudiosos



Edilson José Gracioli

Doutor em Ciências Sociais e mestre em Sociologia pela Unicamp. Professor de Sociologia e Ciência Política do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Autor, entre outras obras, de *Privatiza o da CSN*: da luta de classes   parceria. São Paulo: Expressão Popular (no prelo). edilsongracioli@netsite.com.br

ISEB: origem, trajetória e projetos nas vozes de protagonistas e estudiosos

Edilson José Gracioli

TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005, 262 p.

Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB é, sem sombra de dúvida, um trabalho de fôlego e muito relevante para a inteligência do tema que se anuncia como central.

O livro apresenta duas partes principais. Na primeira (“Visões de ex-isebianos”), fundadores e outros integrantes do ISEB, que a ele se vincularam ao longo de sua trajetória, discorrem sobre a origem deste instituto — desde a publicação de artigos no suplemento cultural do *Jornal do Commercio*, prática iniciada em 24 de julho de 1949, passando pelo Grupo de Itatiaia, que adquiriu o formato institucional do Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), até a fundação do ISEB, em 1955 - suas fases, dissidências, complexidade teórica, ideológica e política, repertório temático, inserções nas políticas governamentais e projeto de fundo, o nacional-desenvolvimentismo.

O ISEB por isebianos

Candido Mendes de Almeida, fundador do IBESP e do ISEB, abre a coletânea com o capítulo “ISEB: fundação e ruptura”. Indica, desde logo, que o instituto se deparou com a tarefa da militância concreta do intelectual, posicionando-se a favor do desenvolvimento, projeto estratégico de nação assentado em mudanças econômicas, ação efetiva do Estado e no contexto do plano de metas do governo JK. Para esse fundador, o engajamento do intelectual na política se expressava, até como a originalidade daquela experiência, na tentativa de se traduzir em política pública o mudancismo. O próprio projeto central do ISEB, o nacionalismo desenvolvimentista, encontrava três fundamentos: a ruptura com o *status quo*, a idéia de planejamento e a recusa à noção de gradualidade, adquirindo, nesse sentido, importância decisiva o impulso da infra-estrutura pelo Estado e o provimento geral à educação. Merecem destaque, nesse capítulo, os registros sobre a polarização que o ISEB manteve com a Escola Superior de Guerra e a perspectiva isebianas de influenciar os quadros decisórios federais no país, dentro das mediações buscadas na radicalidade pela mudança da sociedade brasileira de então.

Hélio Jaguaribe contribui com “O ISEB e o desenvolvimento nacional”, indicando que a superação do “dilema positivismo-marxismo” e a compreensão da “correlação entre uma visão geral da cultura universal e a problemática brasileira em sua especificidade” marcaram o momento em que os intelectuais articulados em torno dos artigos no *Jornal do Commercio* e, um pouco depois, no Grupo Itatiaia deram os primeiros passos rumo à fundação do IBESP e do ISEB. Portanto, epistemologia e apreensão do geral e do particular informaram os primeiros debates desse círculo, no

qual, do ponto de vista regional, foram ganhando espaço, somando-se aos vindos do Rio de Janeiro, nomes de São Paulo.

Jaguaribe disserta sobre o processo de constituição e as fases do ISEB, sustentando que estas foram três. A primeira, entre 1955 e 1958, por ele definida como “problematizante”, com as atividades centradas em cursos anuais de Política, Economia, Sociologia e História (uma espécie de pós-graduação) e com significativa repercussão a intelectuais e políticos do Brasil e da América Latina. Nesse período ingressou no ISEB o então coronel Nelson Werneck Sodré. Hélio Jaguaribe fecha o balanço dessa fase aludindo ao episódio de sua saída do ISEB, em março de 1959. Desta data até 1962, o autor identifica a segunda fase, caracterizada pela compreensão de que o instituto não deveria se restringir a debater os problemas brasileiros, mas, fundamentalmente, formar e fornecer quadros políticos. A última fase, de 1962 a 1964, quando o golpe militar dissolveu o ISEB, teria como traço próprio sua conversão em principal centro de defesa e ressonância das reformas de base do governo Goulart, até em decorrência da aproximação com o PC. O capítulo se encerra com a discussão sobre a estratégia sociopolítica que, majoritariamente, o ISEB defendeu para a viabilização do projeto nacional-desenvolvimentista, a da articulação da burguesia nacional com os operários e a classe média moderna.

O terceiro isebiano a intervir na obra é Joel Rufino dos Santos, participante da última fase do Instituto e que trabalhou como um dos assistentes do professor (como gostava, já àquela época, de ser chamado) Nelson Werneck Sodré. Nas palavras do próprio Joel, “o conteúdo do *último ISEB* foi a sua interação com o *movimento de massas*, o que foi percebido prontamente pelas forças golpistas. Essa interação se deu por diversos meios: o curso para os metalúrgicos e a *História Nova* (...). Tocávamos em dois pontos nevrálgicos da luta de classes: a organização dos trabalhadores e o conhecimento histórico” (p. 44).

Em sua avaliação, o ISEB representou uma frente dividida em dois grandes blocos, o majoritário nacionalista-socialista (no interior do qual estava o nacional-desenvolvimentismo antiimperialista) e o minoritário nacionalista-liberal (que contava com a fração pró-imperialista e liberal, tendo em Roberto Campos sua principal expressão). Um dos pontos altos de sua contribuição diz respeito à análise sobre as teses isebianas e as vindas da USP, embate que, a seu ver, exprimiria a diferença de fundo entre uma ciência social produzida no processo de luta social e uma outra, resultado de uma produção restrita aos gabinetes.

Jorge Miglioli, participante da última fase do ISEB, sistematiza sua reflexão (“O ISEB e a encruzilhada nacional”) a partir de uma referência às frustradas possibilidades do Brasil quanto a iniciar uma trajetória de desenvolvimento econômico e social e de democracia. Para a experiência do ISEB, ele ressalta que o golpe político-militar de 1964 representou mais um momento de frustração.

Após um resgate da geopolítica do período e da conjuntura política brasileira de então (marcada por ensaios golpistas vindos das forças políticas reacionárias), anuncia-se aquela que foi a encruzilhada para o país: buscar uma independência com democracia ou continuar subordinado aos interesses dos EUA e sem democracia. Interessante aspecto desse capítulo remete à reconstituição da cena intelectual isebiana, envolvendo os teóricos e respectivas obras (de Mannheim à Escola de Frankfurt, por exemplo)

que informaram os debates no ISEB e as trajetórias de seus dirigentes e integrantes. Sobressai, igualmente, o peso que o Estado e a burguesia nacional possuíam nas formulações do instituto. Miglioli conclui abordando as razões e as evidências para que a última fase do ISEB, sempre alvo de acusações, tenha sido a de mais fortes ataques por parte da direita, articuladas no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e no Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD).

Os capítulos até aqui mencionados foram escritos exclusivamente para a antologia organizada por Caio Navarro de Toledo. O mesmo não se deu com a contribuição que fecha a primeira parte, de autoria de Nelson Werneck Sodré, “A repressão aos intelectuais do ISEB”, originalmente publicado, como artigo, na *Revista Civilização Brasileira*, n. 3, em julho de 1965, sob o título “História da *História Nova*”. Após uma breve referência aos absurdos dos Inquéritos Policiais Militares (IPMs), Sodré relata e analisa a experiência que, junto com seus assistentes, viveu no ISEB, mais precisamente por haver ministrado o curso de Formação Histórica do Brasil. Esse projeto foi, inclusive, visto como “muito estranho” pelos que presidiram, após o golpe de 1964, os IPMs, pois não viam razões para o ISEB estender suas ações a trabalhadores e estudantes... O que era causa de estranheza para a direita golpista, Sodré enaltecia como uma das principais contribuições da fase final do ISEB. Outra, da mesma envergadura, correspondia ao objetivo de renovar os estudos de História no ensino médio. Para tanto, as monografias da *História Nova* vinham sendo elaboradas, tendo sido publicadas cinco, em março de 1964, pelo Ministério da Educação e Cultura. Sodré mostra como, dentro da estratégia da direita de se criar um clima propício ao golpe em curso, o ISEB e, particularmente, o projeto da *História Nova* passaram a ser atacados na mídia impressa, como pelos editoriais do jornal *O Estado de S. Paulo*.

Reportando-se a vários episódios (entre outros, a prisão do editor da *Civilização Brasileira*, Ênio Silveira, entre outros), Sodré recompõe o quadro político de repressão à cultura e às atividades intelectuais, de que foram exemplos emblemáticos os IPMs contra os autores da *História Nova*, a depredação das instalações e arquivos do ISEB, as prisões, torturas e seqüestros praticados contra tantos e quantos se opuseram, de uma forma ou de outra, ao regime recém-instalado no país.

O ISEB por seus estudiosos

A segunda parte da obra é aberta com o texto de Alzira Alves de Abreu, parte da conclusão de sua tese de doutorado, defendida em 1975, sobre o ISEB. Sua análise busca demonstrar que esta instituição, de certa maneira, ocupou um lugar que a universidade não alcançava, qual seja, o da produção de estudos sobre o Brasil que contribuíssem para um projeto de desenvolvimento nacional. Em sua avaliação, os intelectuais do ISEB pretendiam que ele desempenhasse uma função central na condução das transformações políticas no país, notadamente pelo acesso de seus membros às esferas governamentais de efetivo poder de decisão. Tal pretensão não teria sido atingida, satisfatoriamente, porque a tecnocracia crescentemente se legitimou, em detrimento do intelectual humanista.

Alexsandro Eugenio Pereira, no capítulo “Intelectuais, política e cultura na formação do ISEB”, foca sua intervenção na interação entre cultura

e política, vista como resultado de uma escolha dos intelectuais que se envolveram com a constituição do instituto como “espaço institucional privilegiado para o desenvolvimento de sua produção intelectual” (p. 133), com destaque para os casos de Helio Jaguaribe e Roland Corbisier. Estes foram os catalisadores do que Aleksandro chama de “exercício de uma relativa autonomia no campo da produção das idéias, por intermédio das relações estreitas que estabeleceram com os centros do poder” (p. 121).

Caio Navarro de Toledo nos propõe um outro enfoque com o capítulo “ISEB: ideologia e política na conjuntura do golpe de 1964”. Para ele, o ISEB, ao longo de sua breve existência, sempre conviveu com oposições vindas de militares, empresários, partidos políticos liberais-conservadores, intelectuais católicos e grande imprensa, tendo encontrado no (IPES) o aparelho ideológico que melhor expressou essa contraposição na “batalha ideológica” que se travou em uma conjuntura sublinhada pelo espectro do golpe (contra-reforma conservadora). Mencionando o livro *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*, de René Armand Dreifuss, Toledo avança na caracterização do IPES como o *anti-ISEB*, cujo braço político, o IBAD, se voltava para as ações no campo institucional formal (assembléias legislativas, Congresso e alguns governos de Estado). Mapeando o debate com a definição de que “a esfera política é formada por classes e movimentos sociais que são representados por agentes e instituições atuando com algum grau de racionalidade” (p. 140), o autor nos fornece uma rica abordagem sobre o papel que o IPES (fundado, oficialmente, em novembro de 1961) teve na articulação dos interesses e visões de mundo dos quadros civis e mesmo militares que, em 1964, desfechariam o golpe de Estado vitorioso.

A originalidade da análise de Toledo, a meu ver, está na caracterização do embate entre ISEB e IPES: para este, “o capitalismo multinacional e associado era uma exigência inelutável e imperiosa para o país”, ao passo que para o ISEB se colocava a possibilidade “de se construir um capitalismo com bases autóctones ou um capitalismo nacional” (p. 149). E o “inimigo declarado” do IPES era o “último ISEB”, também criticado, anos mais tarde, por três isebianos históricos (Guerreiro Ramos, Helio Jaguaribe e Nelson Werneck Sodré). Reconhecendo em toda a vida do ISEB um fio condutor (a defesa de causas progressistas e democráticas), Toledo defende, por fim, que a última fase do instituto ainda não foi suficientemente examinada pelos que o estudaram.

Luiz Carlos Bresser Pereira (em “Do ISEB e da CEPAL à teoria da dependência”) prioriza, de um lado, a crítica que o ISEB e a CEPAL elaboraram contra o liberalismo, e, de outro, o protagonismo que, no caso brasileiro, deveria ter o Estado nacional para o desenvolvimento econômico, resultado da participação das burguesias nacionais e de técnicos estatais. Conforme Pereira, o desenvolvimentismo do ISEB, em síntese, era entendido como um processo histórico que exigia uma revolução capitalista, por meio da industrialização, e uma revolução nacional, que credenciasse o país a formular um projeto de desenvolvimento. Tal concepção, para Pereira, se mostrou limitada, fundamentalmente por supor a possibilidade da existência de elites nacionais, um dos pressupostos da vertente nacional da teoria da dependência que informou o ISEB.

Na segunda parte do livro, também há uma contribuição que não foi escrita para a obra. “A ‘realidade nacional’ e seus equívocos”, de Gérard

Lebrun, foi publicado, como artigo, na *Revista Brasiliense*, n. 47, em 1963. Lebrun, nesse texto, inicia com a definição do problema que caracterizaria os países coloniais ou semicoloniais, o divórcio entre a cultura das “elites” e a realidade nacional, ao que se contraporía a necessária emergência de uma cultura nacional que tivesse na origem a luta pela independência política e econômica. Em seguida, Lebrun procede a uma rigorosa crítica do livro de Álvaro Vieira Pinto, *Consciência e realidade nacional* (CRN), publicada pelo ISEB em 1960. O sentido dessa crítica não foi o de engrossar o coro dos “fascistas” que insultavam Vieira Pinto, mas o de, ao evidenciar que CRN não era de autoria de um marxista, questionar os jornais que atacavam o ISEB por ser “comuno-nacionalista”. Lebrun concordava com muitas das teses de CRN (como a urgência de soluções para os problemas brasileiros, o combate às formas de neocolonialismo, a importância da industrialização para a libertação efetiva do Brasil e o agrupamento nacionalista no plano imediato). De outra parte, ele criticava o ecletismo teórico de CRN e propugnava a superioridade de uma doutrina concebida por um partido marxista organizado, instrumento *sine qua non* à estratégia política e formulação teórica indispensáveis, em sua avaliação, para que uma política de alianças com camadas da burguesia não se deteriorasse em uma representação equívoca da nação.

Intelectuais e política no Brasil... ainda contém um cuidadoso “Recenseamento bibliográfico em torno do ISEB (elaborado por Edison Bariani Júnior) e um histórico, “Organização, estrutura e trajetória do ISEB” (de autoria de Alessandro Eugenio Pereira).

Assim sendo, o livro aqui resenhado revela uma abrangência e uma profundidade de reflexões sobre o ISEB que o credencia junto a todos os que quiserem conhecer essa experiência. Para tanto, muito ajuda a disposição do trabalho, trazendo reflexões dos que foram protagonistas e daqueles que, sob diversos prismas e matizes, se debruçaram a estudá-lo.

Há questões que poderiam ser mais bem contempladas na coletânea. Uma delas me parece ser esta: o ISEB chegou a formular sua tarefa próxima da noção de “vontade coletiva”, em termos gramscianos? Em caso afirmativo, em qual fase e por que essa perspectiva não prosperou? Se não, os limites para isso teriam sido, antes de mais nada, os decorrentes da estratégia de aliança com a chamada burguesia nacional?

Uma outra se refere ao legado do ISEB. Evidentemente, a destruição de boa parte de seus arquivos comprometeu tal trabalho. Mas, de qualquer forma, refletir acerca da contemporaneidade do que Toledo designou como o fio condutor do instituto (a defesa de causas progressistas e democráticas) seria muito bem-vindo nestes tempos de hegemonia e cidadania regressivas, exatamente porque configuradas por uma ideologia neoliberal e seu correlato conjunto de medidas.

Obviamente, estes são desdobramentos ensejados pela qualidade da antologia que, como disse seu organizador, “não se propõe a comemorar os 50 anos de fundação do ISEB (...) [mas] visa discutir o lugar e o significado do Instituto na vida cultural e política brasileira nos anos 1950 e 1960”.



Resenha recebida em março de 2006. Aprovada em junho de 2006.